

MODELO AUTOCRÁTICO-BURGUÊS:

Uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado

Lucas Trindade da Silva¹

RESUMO

Neste ensaio, pretendo demarcar o modelo autocrático-burguês, sintetizado por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, como uma contribuição teórica original numa rica gramática do desenvolvimento desigual e combinado, ou da simultaneidade do não-simultâneo, para pensar as temporalidades e estruturas sócio-históricas. Na introdução, um tanto alongada, tento dar, como proposta de interlocução e pesquisas ulteriores, os primeiros passos numa genealogia abarcadora do desenvolvimento desigual e combinado. Na seção seguinte, em uma abordagem imanente, reconstruo o modelo autocrático-burguês em Florestan. Na terceira e última seção busco fundamentar o modelo autocrático-burguês como uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado.

PALAVRAS-CHAVE

Florestan Fernandes. A revolução burguesa no Brasil. Modelo autocrático-burguês. Desenvolvimento desigual e combinado.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3390-2046>. E-mail: lucastrindadedasilva@yahoo.com.br. Autor de *Max Weber e a Formação Conceitual do Capitalismo*. Recife: Editora UFPE, 2016 (Série Sociologia, v. 1). O presente artigo é resultado da participação e rica interlocução no Projeto de Pesquisa “Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente”, composto por pessoas a quem só tenho a agradecer: Eliane Veras, Diogo Valença, Remo Mutzenberg, Ana Rodrigues e Aristeu Portela Jr.

Introdução

A emergência de uma perspectiva inovadora e crítica sobre as relações e processos sócio-históricos a partir do atraso como condição não é fenômeno circunscrito ao que, no século XX, foi chamado de terceiro mundo, mundo subdesenvolvido, periférico ou dependente. É amplamente conhecida a crítica, feita em obras como *A Ideologia Alemã* e em *A Sagrada Família*, do atraso alemão em relação à economia inglesa e em relação à política francesa como a base para um superdesenvolvimento do iluminismo e da Razão na esfera da cultura e do conhecimento. Como se a alegoria anatômica da Alemanha, com a sua sublime filosofia idealista, fosse de um corpo com pouca coisa além de uma imensa cabeça².

Menos atenção, ao que me parece, dá-se a passagens da *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, onde Marx prenuncia, como quem deixa pistas para uma trilha inexistente, como quem anuncia e não emite som, a tão conhecida problemática do desenvolvimento desigual e combinado, desde já atrelada ao que poderíamos chamar de uma sociologia das aves de rapina ou, eufemisticamente, das burguesias em descompasso.

Posso até negar as perucas empoadas, mas fico ainda com as perucas desempoadas. Se nego a situação alemã de 1843 dificilmente atinjo, segundo a cronologia francesa, o ano de 1789, e ainda menos o centro vital do período atual. [...] Participamos nas restaurações de nações modernas, sem termos tomado parte nas suas revoluções. Fomos restaurados, primeiro, porque houve nações que ousaram fazer revoluções e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contrarrevoluções; no primeiro caso, porque os nossos governantes tiveram medo e, no segundo, porque nada temeram. Conduzidos pelos nossos pastores, só uma vez nos encontramos na sociedade da liberdade, no dia do seu funeral (MARX, 2005, p. 146).

² Também este motivo se apresenta em 1843: “Em política, os alemães *pensaram* o que as outras nações *fizeram*. A Alemanha foi a sua *consciência teórica*” (MARX, 2005, p. 151).

Multiplica-se, inclusive, uma literatura recente que busca enfatizar uma contrafilosofia da história – resistente ao enquadramento do Mouro em um historicismo etapista e linear – no amadurecimento intelectual de Marx, a exemplo de Kevin Anderson (2019) e Jean Tible (2014). Ressurge, paulatinamente, um Marx atento à heterogeneidade e à diferença ao investigar: tanto a universalização da subsunção formal e real do trabalho vivo ao trabalho morto como as formas emancipatórias que visam a supressão do capital.

A sensibilidade às desigualdades combinadas de desenvolvimento, a despeito e em oposição ao retorno de uma História maiúscula com etapas e *telos* definidos, apresenta-se em Trotsky desde cedo. Como muito bem reconstrói Michael Löwy (1998), embora o conceito não seja formulado explicitamente, insinua-se em 1906, *Balanços e Perspectivas*, amadurece de um terreno puramente econômico para abranger aspectos sociais e culturais no livro *1905*, publicado em 1909, até ser plenamente formulado na *História da Revolução Russa*, de 1930.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoit de necessidades exteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1962 apud LÖWY, 1998 p. 77).

Vê-se na consagrada passagem uma constelação que relaciona: desigualdade de ritmo, avanços por saltos, desenvolvimento combinado, amálgama entre arcaico e moderno. Esse tipo de constelação é a que Marx havia visto na “revolução” alemã como a conquista da liberdade no dia do seu funeral, ou que Lênin analisa em *O*

desenvolvimento do capitalismo na Rússia (de 1899) e chama, em texto de 1907³, de *via prussiana*, em que “a economia feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma economia burguesa, *junker*, que condena os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e servidão, enquanto surge ao mesmo tempo uma pequena minoria de *Grossbauer* (camponeses grandes)” (LÊNIN, 1974 apud SILVA, 2011, p. 127-8)⁴.

No caso russo, por sua vez, a “predominância da transição [para a fazenda capitalista] baseada no latifúndio” (os *Kulaks*) e, portanto, na antidemocrática e anticamponesa “coalizão política entre os liberais e a monarquia”, conserva “parte da estrutura social antiga” (SILVA, 2011, p. 126) e do poder autocrático do czarismo.

A formulação do conceito de *via prussiana* e a articulação teórica do desenvolvimento desigual e combinado emergiram como instâncias de reflexão e esclarecimento teóricos voltados para a práxis revolucionária. Ambas se inserem e intervêm em debates: sobre a forma como o capitalismo se expande para regiões predominantemente rurais e como os sistemas de dominação respondem e são transformados nesses processos; sobre os limites de esquemas etapistas e lineares de fazer e narrar a história; sobre a possibilidade ou não de transições disruptivas ao socialismo em tais contextos; sobre as possíveis alianças e tensões entre o campesinato e o proletariado em formação.

³ *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907.*

⁴ Em contraste com a *via prussiana* está a “*via americana*”, onde “não existe economia latifundiária ou foi liquidada pela revolução, que confisca e divide as fazendas feudais. Neste caso predomina o campesinato, que se converte em fator exclusivo da agricultura e evolui até converter-se em agricultor capitalista” (LÊNIN, 1984 apud SILVA, 2011, p. 127-8). Silva (2011), em sua notável comparação de como Lênin e Weber analisaram a questão agrária, complementa: “As duas vias eram concorrentes, disputavam o sentido da evolução da economia mercantil, ligando-se a interesses opostos e com consequências distintas. A ‘*via americana*’, fundada na democratização da posse da terra, possibilitaria um desenvolvimento mais livre e, por sua vez, favoreceria a democracia política. A ‘*via prussiana*’, ao contrário, corresponderia ao tipo de aliança conservadora que levava ao andamento controlado das mudanças de forma a evitar a ruptura com o passado” (SILVA, 2011, p. 128).

Como se sabe, o conceito gramsciano de *revolução passiva* responde a um campo histórico-teórico de problematização análogo. Também aí “a ausência do ‘jacobinismo’ no *Risorgimento* italiano” (GRAMSCI, 1999, p. 80), o claro contraste com a “revolução do tipo francês” (GRAMSCI, 2001, p. 242), é ponto de partida básico para compreender a moderna história italiana que, “a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo”, por uma “direção política” que “tornou-se um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo”. O *Risorgimento* assim não deixa de se realizar, mas “nas formas e nos limites” de uma revolução “sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva...’” (GRAMSCI, 2002, p. 63).

A ausência de jacobinismo é significativamente imputada à “relativa fraqueza da burguesia italiana”. Aqui, ao que parece, para Gramsci (2002, p. 84), a “burguesia não podia mais (talvez)”, em contraste com o caso francês, “estender sua hegemonia sobre os amplos estratos populares [...]”.

Na China, o massacre dos comunistas pelo Kuomintang (tal como, para os revolucionários russos, o fracasso que foi 1905) também aparece como evento fundamental para a crítica do etapismo e da defesa de uma teleologicamente necessária etapa democrático-burguesa no caminho da revolução socialista das regiões atrasadas, assim como para a intelecção dos problemas do desenvolvimento desigual e combinado e das debilidades, limitações ou do caráter reacionário de frações internas da burguesia para avançar uma revolução nacional com ampla participação das massas e disruptiva em relação aos Antigos Regimes⁵.

⁵ Entusiasmado e propenso a máximas, escreve Althusser (2015, p. 162): “diz Mao, numa frase pura como a aurora, ‘não há no mundo nada que se desenvolva de uma maneira absolutamente igual’. [...] ‘lei’

Burguesias afastadas das massas, burguesias ligadas de berço ou estrategicamente a valores e grupos arcaicos/tradicionais, burguesias débeis, burguesias reacionárias. Revoluções pelo alto, revoluções autoritárias, revoluções sem revolução, revoluções passivas. O Amauta Mariátegui, em texto de 1929 tão curto quanto essencial, intitulado *Ponto de Vista Antiimperialista*, escreve sobre as elites peruanas:

A aristocracia e a burguesia nativas não se sentem solidárias com o povo, pelo laço de uma história e de uma cultura comuns. No Peru, o aristocrata e o burguês branco depreciam o popular, o nacional. Sentem-se, antes de tudo, brancos. O pequeno-burguês mestiço imita este exemplo. A burguesia ‘limenha’ confraterniza com os capitalistas ianques e, ainda mais, com seus simples empregados no ‘Country Club’, no Tênis e nas ruas (MARIÁTEGUI, 1929, p. 64).

Para caracterizar a indiferença da burguesia interna peruana ao problema nacional, Mariátegui insere um elemento novo e fundamental na breve, incompleta e unilateral genealogia que aqui apenas esboço: o elemento *raça* como fator de separação, cisão e fratura na possibilidade de constituição de uma comunidade nacional ampla. Elemento que será desenvolvido por outro peruano, o sociólogo Aníbal Quijano (2000), ao refletir sobre as implicações do que chama *colonialidade* na formação dos Estados nacionais na América Latina, de uma elite branca e crioula que sente pertença sobretudo às elites euramericanas e desvincula-se, das mais diversas formas, dos interesses da ampla população racializada⁶.

Temporalmente entre Mariátegui e Quijano, no lastro deixado por seu compatriota Aimé Césaire que, em 1950, escrevia que “a Europa colonizadora enxertou

– que não diz respeito, como se acredita por vezes, unicamente ao Imperialismo, mas realmente a ‘tudo o que existe no mundo’”.

⁶ Também os *Subaltern Studies* indianos - formado no início dos anos 1980 e inspiração para a fundação do *Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos*, integrado por Quijano, em 1992 – podem ser pensados como um momento importante na gramática do desenvolvimento desigual e combinado, sobretudo o seu fundador, Ranajit Guha (1997), e o seu conceito de *dominance without hegemony* para pensar simultaneamente o processo histórico da independência indiana e os limites das historiografias metropolitana e nacionalista. Acredito ser um campo aberto de pesquisas as afinidades e divergências entre os binômios *dominance with hegemony/dominance without hegemony*, em Guha, e modelo democrático-burguês/modelo autocrático burguês, em Fernandes.

o abuso moderno na antiga injustiça, o odioso racismo na velha desigualdade” (CÉSAIRE, 1978, p. 28), Frantz Fanon, em 1961⁷, enrobustecia a literatura do que acima chamamos de sociologia das aves de rapina, das elites em descompasso (o desenvolvimento desigual e combinado desdobrado em análise das disposições e mentalidades):

Nos países subdesenvolvidos a fase burguesa é impossível. Haverá certamente uma ditadura policial, uma casta de aproveitadores, mas a elaboração de uma sociedade burguesa revela-se fadada ao malogro. O colégio dos aproveitadores enfeitados, que sacam sobre os fundos de um país miserável, será cedo ou tarde um brinquedo nas mãos do exército habilmente manobrado por peritos estrangeiros. Assim, a antiga metrópole exerce o governo indireto, ao mesmo tempo através dos burgueses a quem alimenta e de um exército nacional enquadrado por seus especialistas e que fixa o povo, o imobiliza e o aterroriza (FANON, 1968, p. 143-4).

Um pouco por fascínio pela profundidade e precisão do pensamento crítico sobrevoado nas passagens acima, um pouco para sugerir um primeiro esboço para uma posterior e mais detida genealogia dos enunciados do desenvolvimento desigual e combinado e suas implicações sociológicas mais amplas, um pouco também para sugerir um elo possível entre marxismo e crítica pós e decolonial (sobre isto, ver BORBA e BENZAQUEN, 2020), esta introdução alongou-se e postergou enunciar o problema específico do artigo, que não tarda mais a ser posto.

Sem receio, pode-se dizer que Florestan Fernandes, guardadas as enormes especificidades de contextos e trajetórias dessa diversidade de autores e obras antes citadas, também define um momento particular e fundamental nesse retraçado genealógico de uma gramática englobante do desenvolvimento desigual e combinado,

⁷ Sem dúvida *Pele Negra, Máscaras Brancas*, de 1952, já é um pilar para pensar a face bárbara da ilustração e do liberalismo na situação colonial, adiantando elementos que se tornarão mais explícitos em *Os Condenados da Terra*. Não podemos deixar de mencionar, mesmo que em nota, outro importante ensaio na denúncia do caráter reacionário das burguesias centrais e das elites nativas no contexto colonial: *Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador*, de Albert Memmi.

para não perder a plasticidade sintética da expressão, ou, em termos habermasianos, da *simultaneidade do não-simultâneo*. Suas contribuições se dão a partir de um contraste explícito entre revoluções clássicas e revoluções periféricas, entre modelo democrático-burguês e modelo autocrático-burguês.

O interesse do artigo é precisamente o de pensar o modelo autocrático-burguês como síntese da sociologia do desenvolvimento desigual e combinado em Florestan. Para tal, farei uma leitura cuidadosa, linha a linha, dos trabalhos onde se dá esta elaboração, dando especial atenção aos capítulos sexto e sétimo (escritos em 1973) de *A Revolução Burguesa no Brasil*, mas sem de modo algum prescindir do recurso a outras obras e textos importantes do sociólogo paulista para pensar o problema.

Numa estrutura de artigo tradicional, após essa introdução, tratarei longamente dos atributos que definem o *modelo autocrático-burguês* (capitalismo dependente / dupla articulação, dominação autocrática, congelamento da descolonização), já apontando as referências, implícitas ou explícitas, de Fernandes ao problema do desenvolvimento desigual e combinado. Feito isto, destacarei uma seção final e última para fundamentar, em diálogo com a fortuna crítica, a leitura daquele modelo como uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado.

O modelo autocrático-burguês

Embora em história não existam repetições e ciclos, nem mesmo como tragédia e farsa, a dinâmica do pensamento social, dada a inexistência de um acúmulo global, contínuo e sem acidentes das lições históricas, é marcada por retomadas nada extraordinárias, sempre como modulação e não repetição, de problemáticas históricas e conceituais que poderiam ser pensadas como já resolvidas seja em outros quadrantes da

malha policromática do mundo fotografado em um dado momento (sincronia), seja na densidade do tempo histórico em seu transcurso (diacronia).

Não me parece forçoso afirmar que Fernandes encarnou, em sua trajetória político-intelectual, um conjunto de dilemas vividos pela prática e pelo pensamento de esquerda, principalmente do século XIX e XX. As fontes são outras, por certo, mas gostaria de propor aqui que, aquilo que Freitag (2005) denomina fase *acadêmico-reformista* de Fernandes pode ser também caracterizada como uma incorporação de um imaginário etapista ao pensar a formação sócio-nacional brasileira e os caminhos para uma democratização profunda e efetiva das relações e disposições sociais no Brasil da segunda metade do século XX.

Tal imaginário parece beber, pelo menos, nas seguintes fontes: uma teoria da modernização sintetizada no conceito de *cultural lag*, uma concepção da relação entre ciência e mudança social enraizada na obra de Karl Mannheim e, por último, uma partilha do otimismo socialmente espreado do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950.

O entrelaçamento entre essas três fontes, me parece, distancia Florestan de uma percepção contemplativa e passiva de desenvolvimento, como se a modernização espontaneamente fizesse germinar suas sementes. Pelo contrário, a partir de um uso desde o princípio crítico da noção de demora cultural⁸, somente a intervenção institucional ativa, calcada no conhecimento científico⁹ e em uma participação política efetiva das classes subalternas, motivadas por impulsões democráticas e igualitárias, tornaria possível trilhar, de fato, o caminho do desenvolvimento.

⁸ Em que os descompassos, assincronias e atrasos são indicados sobretudo nas disposições político-culturais de grupos e classes dominantes (PORTELA JR., 2013).

⁹ Este mesmo socializado através da implementação de um sistema educacional de amplo acesso e dos mais diversos canais de comunicação entre ciência e sociedade.

Noções como síntese de perspectivas, planejamento democrático, sociologia aplicada jogam papel importante em um Fernandes que, nesses anos, ainda nutria esperanças na superação dos dilemas da demora cultural através do fortalecimento de setores do empresariado nacional interessados em um projeto efetivo de autonomia econômica, soberania política e democratização sociocultural da Nação.

O ir além desse imaginário e dessa estratégia, que poderíamos chamar de um etapismo ativo e efetivamente democrático, dá-se através de dolorosas experiências históricas vividas intensamente por Florestan ao entrar nos anos 1960: o envolvimento com a Campanha em Defesa da Escola Pública e as respostas reacionárias das elites; a intelecção cada vez mais profunda do entrelaçamento entre racismo e modernização capitalista no Brasil a partir de investigações substantivas; o Golpe de 1964, o AI-5 em 1968, a aposentadoria compulsória e o exílio em 1969.

É a elaboração aguda dessas experiências como conhecimento que insere Florestan, de maneira decisiva e sem volta, no lastro de uma modulação rica e singular daquela gramática do desenvolvimento desigual e combinado¹⁰, ou da simultaneidade do não simultâneo, para pensar as estruturas e as temporalidades sócio-históricas.

Devido aos limites formais, apenas indico textos decisivos no contínuo dessa elaboração antes de 1973 (quando Fernandes escreve os capítulos sexto e sétimo d'*A Revolução Burguesa no Brasil*, doravante *RBB*): no ano de 1962, em texto saturado de *pathos* e desencanto, *Reflexões Sobre a Mudança Social no Brasil*, Fernandes (1976) formula, no espírito do que chamei uma sociologia das aves de rapina, a noção de *resistência sociopática à mudança social* para caracterizar inclusive os setores supostamente modernizadores da sociedade brasileira; em 1964-5, é publicada *A*

¹⁰ Bastos (2011, p. 57), ao discutir a superação do “conceito de marginalidade” por Fernandes, faz alusão explícita à elaboração, no curso da obra de Fernandes, “do que conceberá como desenvolvimento desigual e combinado”.

Integração do Negro na Sociedade de Classe (FERNANDES, 1978a) em que, sobretudo no segundo volume, a possibilidade estrutural de compromisso entre modernização e racismo é claramente aventada; em 1966 é publicado *Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil* e, em 1967, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (FERNANDES, 2008a). A partir daí, a noção de subdesenvolvimento é pensada nos marcos dos conceitos de capitalismo dependente e dupla polarização, assim como já são apontados aspectos importantes para pensar a ideia de dominação autocrática.

Nos textos escritos em 1973 há, pode-se dizer, um encontro sintético e concentrado das séries investigativas anteriores: a dimensão político-cultural das resistências sociopáticas à mudança – repensada nos termos do padrão autocrático de dominação – e a dimensão socioeconômica do capitalismo dependente e duplamente articulado. Vocação abrangente – social, cultural, política, econômica etc. – que demarca, como rapidamente vimos, diferentes momentos da formulação de uma gramática do desenvolvimento desigual e combinado.

No início do capítulo sétimo da *RBB*, vê-se como a crítica de uma compreensão etapista e linear dos processos históricos está internamente atrelada a uma crítica de uma perspectiva euro centrada de leitura destes processos.

Dado o caráter “altamente variável” da “relação entre dominação burguesa e transformação capitalista”, escreve Fernandes, “[n]ão existe, como se supunha a partir de uma concepção eurocêntrica (além do mais, válida apenas para os ‘casos clássicos de Revolução Burguesa’), um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista” (FERNANDES, 2006, p. 337)¹¹.

¹¹ Casos clássicos são, para Fernandes, o inglês, o francês e o estadunidense, sendo Alemanha e Japão já pensados como variações.

A forma específica em que “requisitos (sejam os econômicos, sejam os socioculturais e políticos)” do padrão civilizacional moderno-capitalista entram “em interação com os vários elementos econômicos (naturalmente extra ou pré-capitalistas) e extra-econômicos da situação histórico-social” concreta delimita: a) a particularidade da transformação capitalista, b) o padrão de dominação burguesa e c) as probabilidades dessa dominação absorver os “requisitos centrais da transformação capitalista (tanto os econômicos quanto os socioculturais e os políticos) e, vice-versa” (FERNANDES, 2006, p. 337-338).

Se Florestan não rejeita, como veremos, atributos gerais de caracterização das transformações capitalistas, um apelo ao concreto marca o seu discurso, o que, em alguns momentos, soa como um acerto de contas com o seu próprio percurso intelectual. Em momento adiantado de sua argumentação na *RBB*, esse ponto é reiterado ao demarcar a sua “interpretação” como interessada em

fugir de certas disposições analíticas que o radicalismo burguês, o socialismo reformista e mesmo um socialismo revolucionário mecanicista introduziram na compreensão da Revolução Burguesa das nações capitalistas da periferia. Não tentamos descrever as relações da dominação burguesa com a transformação capitalista em função de supostos ‘determinantes universais’. Evitamos também o falso problema correlativo – ‘por que a história não se repetiu?’ (FERNANDES, 2006, p. 369-70).

Contra tendências dedutivistas, etapistas e mecanicistas de leitura da história, que pesam a mão no uso de categorias e narrativas universalizantes, Florestan propõe

[a] busca de conexões específicas da dominação burguesa com a transformação capitalista *onde* o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa constituem realidades intrínsecas permanentes, apesar de todas as mudanças quantitativas e qualitativas do capitalismo” (FERNANDES, 2006, p. 370).

Feitas tais considerações de método, retomemos o passo do texto. Eis a finalidade do sétimo capítulo: investigar “a relação entre transformação capitalista e

dominação burguesa nos países periféricos de *economia capitalista dependente e subdesenvolvida*” (grifos do autor). O que o leva, também a princípio, a criticar um imaginário outrora hegemônico, em que prevalecia “a ideia de que a dependência e o subdesenvolvimento seriam estádios passageiros, destinados a desaparecer graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista” e de que a periferia repetiria assim “a história das nações centrais” (FERNANDES, 2006, p. 338).

Ignorava-se – algo que Rosa Luxemburgo percebeu claramente em *A Acumulação de Capital* – que “a expansão capitalista da parte dependente da periferia estava fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial”. Ignorava-se também “que a autonomização do desenvolvimento capitalista exige, como um pré-requisito, a ruptura da dominação externa (colonial, neocolonial ou imperialista)” (FERNANDES, 2006, p. 339).

Mantida a dominação externa, ocorre

um desenvolvimento capitalista dependente e, qualquer que seja o padrão para o qual ele tenda, incapaz de saturar todas as funções econômicas, socioculturais e políticas que ele deveria preencher no estágio correspondente do capitalismo. É claro que o crescimento capitalista se dá acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis (FERNANDES, 2006, p. 339).

De fato, “traços estruturais e dinâmicos essenciais” ou “uniformidades fundamentais” – tais “como uma economia mercantil, a mais-valia relativa etc. e a emergência de uma economia competitiva diferenciada ou de uma economia monopolista articulada etc.” (FERNANDES, 2006, p. 339) – são absorvidas. Entretanto, diferente do “modelo democrático-burguês”, dá-se, em periferias onde o desenvolvimento capitalista “se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado”,

“uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia” ou “uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (FERNANDES, 2006, p. 340). Aqui, na variante periférica neocolonial ou dependente, o desenvolvimento do capitalismo se desvincula de “qualquer evolução democrática da ordem social” e a “noção de ‘democracia burguesa’” torna-se restrita “aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente para o exercício da dominação burguesa” (FERNANDES, 2006, p. 340).

As condições para tal dissociação entre capitalismo e democracia ou para a associação entre capitalismo e autocracia repousam, se limitarmos-nos à letra da *RBB*, menos nas debilidades de burguesias incapazes de assumir tarefas históricas do que no fato de elas “converterem-se... em autênticas ‘fronteiras internas’ e em verdadeiras ‘vanguardas políticas’ do *mundo capitalista* (ou seja, da dominação capitalista sob o capitalismo monopolista)” (FERNANDES, 2006, p. 342), o que “exacerba, ainda mais, a importância do elemento político para o desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido” (FERNANDES, 2006, p. 343). Não se trata assim de uma revolução burguesa frustrada ou não realizada, mas de uma revolução burguesa em um diferente momento histórico e em uma fase distinta do desenvolvimento capitalista, quando o mercado mundial e a divisão internacional do trabalho e das forças produtivas têm uma configuração de assimetrias consolidada.

O *interesse nacional* – junto com qualquer “idealismo burguês”, “romantismo autêntico” e “liberalismo radical” (FERNANDES, 2006, p. 345) – presente nos modelos clássicos de revolução burguesa dá lugar ao interesse puro e simples de “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (FERNANDES, 2006, p. 343). A

ausência de ligações utilitárias e/ou valorativas com a constituição de comunidade nacional ampla (em termos de autonomia econômica e soberania política), a identificação nessas burguesias entre a luta “por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo” (FERNANDES, 2006, p. 345), torna-as propensas “de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe” (FERNANDES, 2006, p. 343).

Não se trata, porém, de influxos exclusivamente de fora para dentro, por assim dizer, a condicionarem a identificação das elites latino-americanas (obviamente, o caso estudado é principalmente o brasileiro) “com formas autocráticas de autodefesa e autoprivilegiamento” (FERNANDES, 2006, p. 345). A dependência só pode ser bem definida quando são levadas em conta as suas duas faces inter-relacionadas, a externa e a interna.

No texto de 1967, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Florestan – em um contraste com a formação estadunidense, onde as forças engendradas pela emancipação política e pela incorporação do comportamento tipicamente capitalista levaram à “neutralização” e à “superação definitiva das estruturas coloniais pela ordem social competitiva emergente” (FERNANDES, 2008a, p. 35) – afirma que, no Brasil, aquelas condições

se revelaram insuficientes para promover o mesmo efeito, o que redundou na formação de uma economia nacional duplamente polarizada: um setor de exportação de produtos primários, no qual a vigência dos princípios capitalistas só é plena, em regra, no nível da comercialização e no qual se concretiza ao máximo a dependência em relação ao exterior; e um setor interno de produção, circulação e consumo de bens, ainda sujeito a fortes influxos externos, mas impulsionado por tendências irreversíveis de consolidação da

economia de mercado capitalista existente (FERNANDES, 2008a, p. 35).

Uma economia marcada pela “dupla polarização” figura assim: a) “como uma entidade especializada, no nível da integração do mercado capitalista mundial”; b) “como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas”; c) “como uma entidade tributária, no nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 2008a, p. 36-37).

A intelecção da dupla polarização que caracteriza uma economia dependente ou heteronômica torna possível compreender o subdesenvolvimento não como “desvio”, distorção, carência, deficiência, mas como um fenômeno normal que emerge “da conjugação do ‘capitalismo moderno’ com o ‘mercado mundial’ a que ele deu origem” (FERNANDES, 2008a, p. 37).

Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, Fernandes utiliza a noção de *dupla polarização*, por exemplo, em passagem importante do capítulo terceiro (cuja redação foi iniciada em 1966), onde caracteriza um “capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de ‘capitalismo dependente’” (FERNANDES, 2006, p. 113).

Nos capítulos sexto e sétimo (escritos em 1973) não se fala mais em *dupla polarização*, mas diversas vezes em *dupla articulação*. Uma “economia capitalista competitiva duplamente articulada” é caracterizada, “internamente”, pela “articulação do setor arcaico ao setor moderno” (primeiro “urbano-comercial”, depois “urbano-

industrial”) e, “externamente”, pela “articulação do complexo agrário-exportador às economias capitalistas centrais” (FERNANDES, 2006, p. 283).

Não há, como se vê, uma alteração substantiva no conteúdo conceitual das noções de *dupla polarização* e de *dupla articulação*, muito embora, me parece, a noção de dupla articulação sintetize melhor aquele conteúdo, desvencilhando-se de qualquer tom *dualista* ainda ressonante na imagem dos polos.

Tal dupla articulação, no processo de substituição de importações (entendido como parte do processo de emergência e expansão do capitalismo competitivo no Brasil) permitiu, segundo Fernandes, o fortalecimento de tendências modernizantes, tais como a expansão das formas de produção capitalistas e do parque industrial, a “integração do mercado interno” e a diminuição das barreiras entre “produção agrária” e “produção industrial”, levando ao campo “formas capitalistas de relações de trabalho, de mercado e de produção” (FERNANDES, 2006, p. 283)

Processo, porém, eivado de limitações e debilidades condicionadas, também e sem paradoxo, pela articulação do mercado nacional aos interesses flutuantes dos centros autônomos do capitalismo global. Assim, a despeito daquelas tendências, e sobretudo pela expansão industrial concentrada na produção de bens suntuários desligada de amplos segmentos do mercado interno, “[m]antinha-se, pois, a compressão do mercado, com os efeitos daí decorrentes – um mercado socialmente comprimido é, pela natureza das coisas, um mercado altamente seletivo, que acompanha a concentração social e racial da renda” (FERNANDES, 2006, p. 288).

Logo após esse trecho, Fernandes claramente situa a sua elaboração ensaística na gramática do desenvolvimento desigual e combinado:

Na verdade, continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento *desiguais*, como expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho (FERNANDES, 2006, p. 288).

Ainda no capítulo sexto da *RBB*, Fernandes também reflete sobre o que podemos pensar como desdobramentos políticos desse fato econômico:

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e pior que isso, acarreta um estado de equilíbrio permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia ‘fazem história’. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente (FERNANDES, 2006, p. 293).

Características que, como sabemos, mantêm-se na passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Nesta passagem, a “burguesia brasileira perdeu a sua ‘oportunidade histórica’ porque, em última instância, estava fora de seu alcance neutralizar os ritmos desiguais de desenvolvimento do capitalismo: a periferia, como um todo, *atrasou-se* em relação às economias centrais, que a engolfaram em sua própria transformação” (FERNANDES, 2006, p. 304-305).

Melhor dizendo, os atributos da dependência e da dupla articulação não só se mantêm como se aprofundam na passagem referida. Diante do fortalecimento do discurso nacional-desenvolvimentista que, embora prenhe de contradições, colocava em pauta um projeto efetivo de constituição e soberania nacionais, emergência do Povo e autonomia econômica, também no interior do contexto histórico da Guerra Fria e de

Cuba socialista, essa burguesia em descompasso viu como única alternativa para a transição ao capitalismo monopolista – *pari passu* à manutenção de condições de ultraconcentração da renda, do prestígio e do poder – o incremento do poder autocrático por meio do aparelho repressivo do Estado, incrementando a *coerção* onde a *hegemonia* já era escassa.

A reflexão sobre as relações entre o econômico e o político se desdobra ainda mais no capítulo sétimo, mais uma vez evidenciando o problema do desenvolvimento desigual:

A dupla articulação não cria, apenas, o seu modelo de transformação capitalista. Ela também engendra uma forma típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista. É preciso partir dessa constatação fundamental, se se quiser entender, sociologicamente, as aspirações socioeconômicas e as identificações políticas das classes que compõem a burguesia no Brasil – e, em particular, o modelo pelo qual essas classes aplicaram, concretamente, suas fórmulas de *revolução nacional* (FERNANDES, 2006, p. 349).

A “*racionalidade burguesa*”, aqui, se realiza por meio da compatibilização da “revolução nacional com capitalismo dependente e subdesenvolvimento relativo” (FERNANDES, 2006, p. 350), por isso o seu caráter estreito e profundamente restritivo, “pois, revolução nacional significa, em semelhante contexto histórico-social e político: 1) integração horizontal, em sentido e em escalas nacionais, dos interesses das classes burguesas; 2) probabilidade de impor tais interesses a toda a comunidade nacional de modo coercitivo e ‘legítimo’”. Essa identificação entre “revolução nacional” e os “alvos particularistas” das frações socioeconomicamente dominantes perpassa, para Fernandes, em maior ou menor grau, toda a história do Brasil republicano e é levada ao paroxismo no Golpe de 1964 (FERNANDES, 2006, p. 350-351).

Revela-se, assim, o padrão de dominação burguesa de uma formação sócio-nacional indiscutivelmente diferenciada, industrializada e moderna, mas periférica, duplamente articulada e dependente. Uma dominação

que resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais da ordem estabelecida, sobrepondo-se e mesmo negando as impulsões integrativas delas decorrentes. Configura-se, assim, um despotismo burguês e uma clara separação entre *sociedade civil e nação* (FERNANDES, 2006, p. 352).

Essa *nação* dos “mais iguais (ou das elites no poder)” (FERNANDES, 1979, p. 13), em que “as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa como um direito natural ‘revolucionário’ de mando absoluto” (FERNANDES, 2006, p.351), “polariza politicamente toda a rede de ação autodefensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e bloqueio” das dinâmicas e demandas das classes, grupos e indivíduos subalternos, ou melhor, daqueles elementos da sociedade civil que não são classificados para participar da “ordem social competitiva” (FERNANDES, 2006, p. 352).

A dominação burguesa autocrática mitiga, assim, as possíveis tensões entre as frações das classes dominantes em nome: a) da manutenção das condições (socioeconômicas, políticas e culturais) que possibilitam a sua própria reprodução histórica; b) da “incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da ‘comunidade internacional de negócios’”, permitindo que a “modernização tecnológica”, a “acumulação capitalista” e o “desenvolvimento econômico” se realizem assegurando “ao poder burguês meios externos acessíveis de suporte, de renovação e de fortalecimento” ; c) da “fluidez entre o poder político estatal

e a própria dominação burguesa”, tornando o Estado uma “base institucional de auto-afirmação, de auto-defesa e de auto-irradiação de natureza coativa e de alcance nacional” daquela dominação (FERNANDES, 2006, p. 354).

Formula-se uma “unidade do bloco de classe”, cimentada por uma “burguesia pró-imperialista”, avessa e supressora de qualquer “reformismo” ou “movimento democrático-burguês”. Disposições políticas antidemocráticas que se entrelaçam perversamente com os efeitos socioeconômicos da dupla articulação, que

faz com que vários focos de desenvolvimento econômico pré ou subcapitalista mantenham, indefinidamente, estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semi-arcaicas operando como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarianização do trabalhador, à expansão do mercado interno etc.” (FERNANDES, 2006, p. 355-356).

Assim como dá margem à ampla reprodução de um padrão especulativo e predatório de ação econômica capitalista que escapa ao “controle societário eficiente” .

No “modelo democrático-burguês” (FERNANDES, 2006, p. 340), “*clássico*” ou “liberal-democrático” (FERNANDES, 2006, p. 380) que, como vimos, é representado pelos processos históricos ocorridos na Inglaterra, na França e nos EUA, haveria: a) “ampla correlação entre radicalismo burguês, reformismo e pressões ‘dentro da ordem’ de origem extraburguesa (procedentes do proletariado urbano rural ou das ‘massas populares’)”, abrindo margem para “a livre manifestação de dinamismos econômicos, sociais e políticos que só poderiam ser desencadeados pelas classes assalariadas” (FERNANDES, 2006, p. 380-381); b) tolerância em relação às “pressões contra a ordem” “no plano ideológico e mesmo na esfera prática, objetivando-se socialmente através do movimento sindical, dos partidos operários etc.” (FERNANDES, 2006, p. 381); c) nesses contextos socio-históricos, “as classes burguesas se viram na

contingência de ter de empregar as ‘pressões dentro da ordem’ e as ‘pressões contra a ordem’ da classe operária (ou das massas destituídas) como um expediente normal de autoprivilegiamento” contra os estamentos, frente às tensões internas às frações da burguesia ou para obter “vantagens esporádicas” (FERNANDES, 2006, p. 381-382).

Em razão disto,

o *consenso burguês* podia, por conseguinte, abrir a ordem existente àquelas pressões, como parte de uma rotina que conferia à cidadania, às franquias políticas ligadas à ordem legal, à participação política das massas etc. o caráter de algo essencial para a *estabilidade* e a *normalidade* de uma sociedade nacional (FERNANDES, 2006, p. 382).

Vê-se uma imagem de processo histórico-social em que as classes burguesas – dada a antecedência dos dinamismos revolucionários socioeconômicos em relação à revolução propriamente político-estatal –, ao necessitarem do amplo suporte das massas não só material mas também simbolicamente, não tiveram alternativa a não ser criar mecanismos de articulação, absorção e incorporação prática e ideológica das pressões vindas de baixo ou subalternas.

No “modelo autocrático-burguês” (FERNANDES, 2006, p. 337, p. 374, p. 424) encontra-se “o reflexo invertido” (FERNANDES, 2006, p. 382) do exposto acima. Como se depreende da argumentação de Fernandes ao longo da *RBB*, a unidade das classes burguesas numa dinâmica de oposição e compromisso com o Antigo Regime dá-se, sobretudo, no e por meio do aparelho político-estatal. De modo análogo à *via prussiana* e à *revolução passiva*, a dinamização e intensificação da transformação capitalista se realizam através de uma aliança, consolidada no Estado, entre as classes dominantes arcaicas e modernas, entre frações da oligarquia e frações da burguesia (que não deixam de ter afinidades de berço) numa transição regulada pelo alto do Antigo a um Novo Regime que já nascia envelhecido.

Este processo histórico talha as feições estruturais da “versão brasileira da sociedade de classes”, bloqueada estruturalmente: a) para realizar “qualquer articulação flexível com as pressões dentro da ordem das classes operárias e das classes destituídas”; b) para incorporar “as pressões contra a ordem dessas mesmas classes” (FERNANDES, 2006, p. 384).

Se nas revoluções centrais não-clássicas “pelo alto” – pensemos em Alemanha e Itália –, a ordem social e política foi constantemente pressionada a incorporar as pressões reformistas ou radicais vindas de baixo, na revolução burguesa brasileira delinea-se, de modo perene, “uma ordem social competitiva que *só se abre* para os que se classificam positivamente, para as classes possuidoras, ou seja, para os ricos e poderosos” (FERNANDES, 2006, p. 385). No “plano histórico”, continua Fernandes,

essa ordem social e competitiva só se preserva e se altera graças ao enlace da dominação e do poder das classes possuidoras com a neutralização ou a exclusão das demais classes, que ou só se classificam negativamente em relação a ela (e permanecem inertes), ou se classificam positivamente, mas não podem competir livremente dentro dela (e permanecem tuteladas) (FERNANDES, 2006, p. 385).

Trata-se de uma ordem incapaz de alcançar um patamar específico de modernidade (ao menos de modo constitutivo e de longa duração) em que o conflito é absorvido como mecanismo efetivamente intrínseco e positivo de mudança social, e não como mero expediente demagógico populista, no qual o clamor a um povo impedido de instituir meios autônomos e fortes de organização institucional é capturado por horizontes particularistas, estreitos e constantemente antipopulares.

Na *RBB*, o problema do bloqueio da descolonização em formações sociais periféricas é colocado principalmente nos termos da continuidade dinâmica e transformativa, mesmo após os processos formais de independência e formação dos Estados nacionais, dos vínculos de heteronomia ou dependência econômica, política e

sócio cultural no plano das relações entre as nações. Muito embora, como vimos, Fernandes indique como a compressão do mercado interno, condicionada pela dupla articulação, implica sempre uma concentração social e racial da renda, tomando classe e raça como categorias entrelaçadas, mas irredutíveis uma à outra.

Em *Reflexões sobre as ‘Revoluções Interrompidas’ (Uma rotação de perspectivas)*¹², Fernandes (2015, p. 104) utiliza uma plástica expressão, “congelamento da descolonização”, para caracterizar “um pré-requisito estrutural e dinâmico não só de ‘defesa da ordem’, do ‘combate à anarquia’, da ‘preservação da propriedade’, etc.”, mas como “o requisito número um da nova articulação [nos processos latino-americanos de independência] entre os estamentos senhoriais e os estamentos intermediários em ascensão potencial com os centros de dominação econômica externa” (FERNANDES, 2006, p. 104-105). Requisito que, como vimos, se mantém no *continuum* do Brasil republicano.

Em textos inseridos na coletânea *Significado do Protesto Negro*, vê-se uma ligação mais explícita – o que evidentemente pode ser percebido em diversos outros textos anteriores e posteriores do autor – entre essa ideia de *descolonização congelada* e a incorporação do racismo e do preconceito de cor como padrão estrutural da modernidade brasileira. Em uma entrevista de 1979 para a Folha de São Paulo, intitulada *O Negro*, Fernandes escreve:

Primeiro constatou-se a concentração social, de riqueza, poder e prestígio. Depois, a consciência da concentração geográfica, o Sul em relação ao Norte e Nordeste. Agora, com o surgimento de movimentos mais aprofundados, há a consciência da concentração racial, no sentido de favorecer as minorias poderosas da raça hegemônica. Há

¹² Vale a pena indicar que, neste ensaio, Florestan faz uso, algumas vezes (ver FERNANDES, 2015, p. 110, p. 111, p. 121-2) da expressão “desenvolvimento desigual e combinado” para salientar, sobretudo, a questão prática das chances revolucionárias no elo mais fraco da corrente. Preocupação, como vimos na introdução, constitutiva na gênese do problema do desenvolvimento desigual e combinado.

uma raça hegemônica e dentro dela setores de classe que têm mais poder (FERNANDES, 1989, p. 98).

Faço essa aparente digressão para predicar mais uma característica indispensável do modelo autocrático-burguês: o compromisso estrutural entre modernidade e racismo nas formações pós-coloniais latino-americanas, outro aspecto decisivo da contribuição de Fernandes para a gramática do desenvolvimento desigual e combinado.

A inclusão deste atributo no trabalho de formalização do modelo autocrático-burguês aqui realizado, diferente de qualquer arbitrariedade, leva a sério a sugestão de que, se do ponto de vista histórico a *RBB* é uma “resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964” (FERNANDES, 2006, p. 25), do ponto de vista investigativo e intelectual, o livro “começa a ser preparado na sequência de *A integração do negro na sociedade de classes*” (MARTINS, 2006, p. 9), no que podemos conceber como duas grandes obras, que devem ser lidas em conjunto, de interpretação dos dilemas brasileiros. E a primeira delas, como bem se sabe, inscreve em suas páginas finais que, no Brasil, a “ordem social competitiva emergiu e expandiu-se, compactamente, como um autêntico e fechado *mundo dos brancos*” (FERNANDES, 1978, p. 457).

Uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado

Desde muito cedo Fernandes (2008b) viu em Marx e no marxismo uma contribuição indispensável para o método das ciências sociais. Em 1946, na Introdução que fez à *Contribuição da crítica da economia política*, também por ele traduzida, gostaria de salientar dois aspectos enfatizados pelo sociólogo paulista: o enraizamento da economia e da ação econômica no âmbito da sociedade – o que o faz afirmar que Marx já renunciava o campo da Sociologia Econômica; a solução proposta pelo

marxismo ao problema da relação entre o geral e o particular. Desde então, não só Marx como também Engels só ganharam em importância estruturante, ampla e intensivamente, nas reflexões de Fernandes.

Também em Lênin, Fernandes (1978b) enfatiza – ao introduzir o volume *Lênin: Política* da coleção *Grandes Cientistas Sociais* – como uma contribuição sua mais exclusivamente teórica a forma como, em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, são pensadas as relações entre o geral e o particular, desafio metodológico que, como vimos, perpassa todo o esforço de conferir inteligibilidade à relação variável entre transformação capitalista e dominação burguesa na periferia latino-americana. Salienta ainda a contribuição de Lênin para pensar a autonomia relativa do político contra um economicismo estéril do ponto de vista tanto teórico como prático.

Na *RBB*, é evidente a profunda importância de Lênin tanto na “Bibliografia Seleccionada” como no desenrolar do argumento. Aquela autonomia relativa do político e a noção de via prussiana são salientadas por Fernandes para pensar as revoluções burguesas periféricas. Dado que a revolução social não antecede a revolução política (estatal) como nas revoluções clássicas, a revolução burguesa periférica dá-se a princípio como um monopólio do Estado para permitir o desenvolvimento capitalista no contínuo imperialista e em sua fase monopolista.

Com uma obra para cada um, Fernandes (2006, ver Bibliografia Seleccionada) não deixa de destacar a importância de Antonio Gramsci (*Il risorgimento* – exatamente onde o conceito de revolução passiva é desdobrado)¹³, Rosa Luxemburgo (*A*

¹³ O único momento em que Gramsci é expressamente citado no corpo do texto é num contexto em que se enfatiza que “a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias. E é por essa razão que, se se considerar a Revolução Burguesa na periferia como uma ‘revolução frustrada’, como fazem muitos autores (provavelmente seguindo implicações da interpretação de Gramsci sobre a Revolução Burguesa

Acumulação de Capital) e Leon Trotsky (*Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*) no argumento da *RBB*. No que diz respeito ao debate na América Latina e Brasil, Fernandes também explicita seu diálogo com Andre Gunder Frank, Cardoso e Faletto, Celso Furtado, Raúl Prebisch, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, Caio Prado Jr., José Carlos Mariátegui, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos. Apenas para citar nomes envolvidos, direta ou indiretamente, numa elaboração global (do centro à periferia) e abrangente da gramática do desenvolvimento desigual e combinado, para a qual, como vimos, Fernandes já vinha contribuindo sistematicamente desde pelo menos 1966.

José de Souza Martins, em seu prefácio à quinta edição da *RBB*, escreve que, nos anos 1960, no ensejo dos questionamentos aos dualismos na abordagem do subdesenvolvimento, “tudo se encaminhava para um entendimento do nosso desenvolvimento como desenvolvimento desigual e combinado, uma ideia, aliás, subjacente a este livro [*RBB*], que reflete a influência do trotskismo na formação política de Florestan Fernandes” (MARTINS, 2006, p. 17).

Martins também não hesita em estabelecer uma equivalência entre a *RBB* e “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lênin, um marco nos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo em sociedades diferentes das sociedades da Europa Ocidental” (MARTINS, 2006, p. 17), chamando atenção, logo após esse trecho, como, em conhecida carta a Vera Zasulich, Marx já ressaltava “que sua teoria das condições sociais de emergência do socialismo se aplicava à Europa Ocidental, mas não podia assegurar que se aplicasse a países com outro desenvolvimento histórico” (MARTINS, 2006, p. 18).

na Itália), é preciso proceder com muito cuidado (pelo menos, com a objetividade e a circunspeção gramscianas)” (FERNANDES, 2006, p. 343). E vimos rapidamente, na Introdução, como não há em Gramsci a ideia de revolução frustrada.

Sobre a questão Lênin/Fernandes, Martins finaliza afirmando que, por sua “ampla erudição sociológica” e por não temer “recorrer de maneira extensa e competente a um grande número de teóricos não-marxistas para desenvolver sua análise”, “o modelo de interpretação construído por Florestan Fernandes é muito mais rico e denso do que o modelo proposto por Lênin” (MARTINS, 2006, p. 18) que, entretanto, escreve Martins, “parece puxar a interpretação” (p. 21) de toda a terceira parte da *RBB*.

Não tenho condições, aqui, de verificar se a operação “subjacente” da gramática do desenvolvimento desigual e combinado na *RBB* reflete o trotskismo formativo em Fernandes¹⁴ ou se seu “modelo é muito mais rico e denso” do que o de Lênin. Concordo, porém, inteiramente, com a indicação de que essa gramática é apropriada e levada à frente por Fernandes de uma perspectiva marxista heterodoxa e, mais importante para o meu problema, de uma “ampla erudição sociológica”.

Gabriel Cohn nos fala do esforço, em Florestan, “de buscar encontrar a formulação especificamente sociológica dos problemas em que estamos vivendo”, de apanhar – como o faz com o conceito de ordem social competitiva, mas não só, incluiria também com os conceitos de civilização capitalista ou simplesmente capitalismo (ver FERNANDES, 2008) – “a dimensão especificamente sociológica das questões e que

¹⁴ É intrigante e digno de nota, porém, que o nome de Trotsky não seja em qualquer momento citado no corpo do texto da *RBB*, diferente de, mais amplamente, Lênin (ver FERNANDES, 2006, p. 250, p. 294, p. 327, p. 381) e, uma vez, Luxemburgo (ver p. 339) e Gramsci (p. 343). Intrigante é, também, que o texto de Trotsky inserido na Bibliografia Seleccionada seja “*Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*” e não “*História da Revolução Russa*”, no qual é formulado mais explicitamente o que ficou conhecido como *desenvolvimento desigual e combinado*. Em entrevista dada a Eliane Veras Soares em 23 de janeiro de 1991, Florestan, refletindo criticamente sobre a sua militância no Partido Socialista Revolucionário (PSR) e sobre seus acordos e desacordos em relação a Trotsky e ao(s) trotskismo(s), menciona “*Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*” como uma obra “que contém uma das análises mais brilhantes que o Trotsky fez” (FERNANDES, 1991, n.p.). Como busquei sugerir ao longo do artigo, a gramática do desenvolvimento desigual e combinado perpassa, de forma mais ou menos evidente, uma miríade de autores/as e obras antes e depois de Trotsky, e se fosse necessário escolher, nesse aspecto, apenas uma autoria de influência maior na *RBB* para além de Marx e Engels seria Lênin.

portanto não apanhe essas questões pelo lado econômico, ou pelo lado político ou simplesmente pelo lado da reconstrução histórica” (COHN, 1986, p. 137). Este “modo especificamente sociológico de pensar as questões” (p. 137) é definido, me parece, justamente pela capacidade de abarcar integrativamente em conceito os aspectos fundamentais de um fenômeno, considerando todas aquelas perspectivas ou “lados” de observação. Ao menos é assim que Florestan Fernandes trabalha no *ensaio de interpretação sociológica* que é *A Revolução Burguesa no Brasil*.

O esforço aqui empreendido foi de demonstrar como também a noção de modelo autocrático-burguês é formulada a partir daquele “pensar enquanto sociólogo” (COHN, 1986, p. 139) de que nos fala Cohn. Mais especificamente, trata-se de ler o modelo autocrático-burguês como uma construção deliberada e especificamente sociológica do desenvolvimento desigual e combinado.

Isto em razão de que o modelo autocrático-burguês, a princípio elaborado contrastivamente em relação ao modelo democrático-burguês, é precisamente uma articulação sintética de “lados” diversos de um complexo de fenômenos integrados, e só pode ser plenamente compreendido a partir da definição relacional dos conceitos de: capitalismo dependente/dupla articulação, dominação autocrática e descolonização congelada¹⁵.

Diferente de compreender, como seria possível em um primeiro olhar, cada um destes conceitos como lidando, respectivamente, com a dimensão econômica, a dimensão política e a dimensão sociocultural, vimos como Fernandes, em coerência com o “pensar enquanto sociólogo”, define cada um dos pilares da tríade – capitalismo

¹⁵ E, obviamente, o conjunto de conceitos implicados na definição destes, tais como transformação capitalista, via prussiana, revolução passiva, imperialismo, capitalismo competitivo, capitalismo monopolista, ordem social competitiva, contrarrevolução preventiva, preconceito de cor etc.

dependente/dupla articulação, dominação autocrática, descolonização congelada – naquelas três dimensões.

Essa rede de conceitos que constitui o Modelo, como é logo perceptível, abarca simultaneamente: 1) A dimensão global-imperialista do desenvolvimento desigual e combinado, isto é, a produção e reprodução de desigualdades nas dinâmicas de trabalho e valorização na relação entre as nações, o que embasa os conceitos de situação neocolonial, dependente/heterônoma e autônoma/hegemônica; 2) A dimensão interna do desenvolvimento desigual e combinado, salientada por Bastos (2011, p. 57-8), a saber, a forma de articulação “das diferentes esferas da sociedade, econômica, social, política e cultural” no interior de uma formação sócio-nacional concreta, no caso em tela, a brasileira, caracterizada estruturalmente pela dependência (dupla articulação), por formas políticas autocráticas e pelo racismo.

A desigualdade combinada de desenvolvimentos permite pensar a história – do nível global ao local – e as estruturas sociais não como um corredor inclinado de etapas que perecem sucessivamente junto com os seus atributos típicos. Como se evidencia nas camadas de formulação e nos conceitos constitutivos do modelo autocrático-burguês, as diferentes formas de compromisso entre exigências sistêmicas gerais do capitalismo, de um lado, e variáveis concretas das diversas formações sócio-nacionais, do outro, permite uma multiplicidade de compromissos estruturais entre características modernas e características, *a priori*, tomadas como ultrapassadas ou anacrônicas.

É precisamente esse apriorismo que é superado no Modelo que, diferente de um aprisionamento da realidade concreta (tendência possível na elaboração de modelos científicos), nos torna mais habilitados e capazes para a apreensão do tempo histórico-social e do que Fernandes (2015, p. 37) plasticamente denomina “contemporaneidade de

situações históricas não coetâneas”. Aqui, o que uma cognição linearista consideraria como passado é considerado como passível de constante presentificação e projeção no futuro ou, como muito melhor escreveu Gabriel Cohn (2015, p.16) pensando a obra de Florestan, o passado não aparece “como um jogo de memória”, mas como “um inventário de desafios e obstáculos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. 2015. *Por Marx*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- ANDERSON, Kevin. 2019. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- BASTOS, Elide Rugai. 2011. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 51-70.
- BORBA, Pedro dos Santos de; BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. 2020. Teoria crítica nas margens: um diálogo entre marxismo e pós-colonialismo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, p. 1-17.
- CÉSAIRE, Aimé. 1978. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- COHN, Gabriel. 1986. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, Ricardo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, p. 125-148.
- COHN, Gabriel. 2015. A margem e o centro. Travessias de Florestan Fernandes. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 28, p. 11-28.
- FANON, Frantz. 1968. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERNANDES, Florestan. 1976. *A sociologia numa era de revolução industrial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- FERNANDES, Florestan. 1978a. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática.
- FERNANDES, Florestan (org.). 1978b. *Lenin: Política*. São Paulo: Editora Ática.
- FERNANDES, Florestan. 1979. *Apontamentos sobre a ‘teoria do autoritarismo’*. São Paulo: Editora Hucitec.
- FERNANDES, Florestan. 1989. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

- FERNANDES, Florestan. 1991. *Entrevista concedida a Eliane Veras Soares*. Brasília. Memo inédito.
- FERNANDES, Florestan. 2006. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo.
- FERNANDES, Florestan. 2008a. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global Editora.
- FERNANDES, Florestan. 2008b. Introdução. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular.
- FERNANDES, Florestan. 2015. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2 ed. São Paulo: Expressão popular.
- FREITAG, Barbara. 2005. Florestan Fernandes: revisitado. *Estudos avançados*, São Paulo, 19 (55), p. 231-243.
- GRAMSCI, Antonio. 1999. *Cadernos do cárcere*, v. 1. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 2001. *Cadernos do cárcere*, v. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 2002. *Cadernos do cárcere*, v. 5. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUHA, Ranajit. 1997. *Dominance without hegemony*. Cambridge: Harvard University Press.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. 1974. El programa agrario de la socialdemocracia en la revolucion russa de 1905-1907. In: *Obras Escogidas*, tomo II. Buenos Aires: Editorial Cartago, p. 258-481.
- LÖWY, Michael. 1998. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 73-80.
- LUXEMBURGO, Rosa. 1967. *La acumulación de capital*. México: Editorial Grijalbo.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. 1990. Ponto de vista antiimperialista. *Revista Novos Rumos*, Marília, n. 18/19 (5), p. 64-66.
- MARTINS, José de Souza. 2006. Prefácio à Quinta Edição. In: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo.
- MARX, Karl. 2005. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.
- PORTELA JR., Aristeu. 2013. *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- QUIJANO, Aníbal. 2000. El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista Venezolana de Economía. y Ciencias Sociales*, Caracas, v. 6, n. 2, p. 73-90.

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. 2011. Questão agrária e modernização na periferia do capitalismo: uma incursão pelos estudos agrários de Lênin e Max Weber. *Desigualdade & Diversidade*, Rio de Janeiro n. 8, p. 119-145.

TIBLE, Jean. 2014. Marx e os outros. In: *Lua Nova*, São Paulo, 91, p. 199-228.

TROTSKY, Leon. 1962. *Histoire de la révolution russe*. Paris: Seuil, 1962.

AUTOCRATIC-BOURGEOIS MODEL:

A sociology of uneven and combined development

ABSTRACT

In this essay, I intend to demarcate the Autocratic-Bourgeois Model, synthesized by Florestan Fernandes in *The Bourgeois Revolution in Brazil*, as an original theoretical contribution in a rich grammar of uneven and combined development, or of the simultaneity of the non-simultaneous, to think about the temporalities and socio-historical structures. In the introduction, somewhat elongated, I try to give, as a proposal for interlocution and further research, the first steps in a genealogy encompassing uneven and combined development. In the following section, in an immanent approach, I reconstruct the Autocratic-Bourgeois Model in Florestan. In the third and last section I seek to ground the Autocratic-Bourgeois Model as a sociology of uneven and combined development.

KEYWORDS

Florestan Fernandes. The bourgeois revolution in Brazil. Autocratic-bourgeois model. Uneven and combined development.